

O “prêmio” da greve: 25% de reajuste

Acabamos de receber 4,9% de reajuste completando o acordo da campanha salarial de 2000. A força da greve proporcionou o maior reajuste dos últimos anos para docentes e funcionários das universidades estaduais e um dos melhores acordos salariais do país em 2000.

Além do abono de 28% em abril de 2000, antecipamos um reajuste de 7% naquele mês, elevado para 11,25% em maio e, com a política salarial de acompanhamento do crescimento da receita, tivemos mais 6,7% em outubro e 4,9% em janeiro de 2001. Totalizamos, portanto, 24,52% de reajuste.

O reajuste de janeiro poderia ser de 7% se na fórmula de política salarial fossem usados os valores de arrecadação efetivamente realizados no último trimestre de 2000, ao invés da estimativa feita em setembro. Nesse caso teríamos integralizado um reajuste de 27% e ultrapassaríamos os 25% reivindicados.

A Tabela 1 mostra o poder aquisitivo relativo do salário de um MS-3 em diferentes períodos. Note-se que o nível de recuperação salarial é extremamente dependente do índice de inflação empregado. Pelo ICV-Dieese, ainda faltariam 4,3% para retornarmos a maio de 1995 e 55% para fevereiro de 1989. Pelo IPC-Fi-

pe, tivemos ganho de 4% em relação a maio de 1995, mas, pelo IGP-DI da FGV, que não está na tabela, faltariam 12,4% de reajuste para recuperar maio de 1995. Mais, portanto, do que pelo ICV-Dieese. Obviamente, a fixação de um índice inflacionário não é nada desprezível. Mas, mesmo pela Fipe, a Tabela 1 nos mostra com clareza que ainda perdemos 4,2% em relação a fevereiro de 1989; 8% em relação a outubro de 1990 (quando tínhamos uma política salarial); e 11,2% em relação a janeiro de 1988, pico salarial desde janeiro de 1973 segundo tal índice.

Enfim, apesar do expressivo reajuste conquistado, ainda há o que avançar para recuperar os patamares salariais históricos.

A Tabela 2 mostra que o comprometimento com pessoal em 2000 (sem contar precatórios, sobre os quais aguardamos as informações solicitadas em dezembro) ficou bem abaixo de anos anteriores. Na USP, atingiu 76%, longe dos 88% estipulados pelo CO para o ano 2000. Ou seja: as declarações alarmistas de muitos dirigentes escondiam o propósito de usar os recursos da recomposição salarial para fortalecer um projeto autoritário e empresarial para a universidade.

A política de premiação previa um abono geral de 3%

Tabela 1 - Comparação do poder aquisitivo de um MS-3 em diferentes períodos

Mês/ano	ipc-fipe		icv-dieese(2)	
	Valor Real Relativo	Reajuste sobre janeiro/2001 para recuperar o correspondente valor real relativo	Valor Real Relativo	Reajuste sobre janeiro/2001 para recuperar o correspondente valor real relativo
jan/88	107	11,2%	115	78%
fev/89(1)	100	4,2%	100	55%
out/90	104	8,0%	82	27%
maio/95	92	-	67	4,3%
jan/2001(3)	96	-	65	-

(1) Fev/89=100 (mês do decreto que determinou percentual mínimo de repasse para as universidades estaduais paulistas).
 (2) Mantida a POF (pesquisa de orçamento familiar) antiga, antes de julho/96. Desde maio/95 isso significa uma diferença a maior de 8,98%.
 (3) Inflação de janeiro/2001 assumida como a média dos últimos seis meses.

sobre o salário anual, a título de produtividade, e R\$ 400,00 mensais para alguns jovens doutores, ambos não incorporáveis. O reajuste que conseguimos, para todos e devidamente incorporado, atingiu quase 25% (R\$ 718 para um doutor). Assim, além de a premiação representar um forte instrumento para o exercício do poder autoritário na universidade, teria possibilitado o financiamento de obras e um inegável fortalecimento do poder central na sucessão do reitor em 2001, ambos sustentados por nossas perdas salariais.

O projeto de premiação retorna neste início de ano às primeiras páginas do *Jornal da USP*. Certamente a mar-

Tabela 2 - Gasto com pessoal

Ano	USP	Unesp	Unicamp
2000	76%	82%	80%
1999	86%	91%	91%
1998	92%	97%	96%

gem de manobra será menor para tal proposta, devido aos ganhos da greve. Mas tudo indica que nesta campanha salarial de 2001, quando resgatarmos a discussão de uma política continuada de reposição de perdas salariais, teremos novamente um projeto universitário baseado em princípios de trabalho coletivo e participativo confrontando-se com uma proposta autoritária e alienante na condução do trabalho acadêmico.

Assembléia Geral da Adusp
 Escolha de delegados ao Congresso da Andes
 13/2, terça-feira, 13 horas, na Geografia

**Em 2001,
 participação
 de todos é
 fundamental**

**Leia o Editorial
 na página 3**

4º Congresso da USP já tem logotipo

No dia 22 de dezembro, foi realizada mais uma reunião preparatória do 4º Congresso da USP, que contou com a presença de representantes da Adusp, APG, DCE e Sintusp.

Nessa reunião, foi escolhido o logotipo do Congresso, de autoria de Roberto Cabado Modia Jr., funcionário do ICB. De um total de doze propostas enviadas para o concurso, ao longo do ano passado, esse logotipo passa agora a ser a marca oficial do evento (veja ao lado uma das suas formatações).

No dia 6 de fevereiro, a Comissão Organizadora fará nova reunião, dando continuidade às discussões sobre eleição de delegados, calendário de realização do Congresso e também do plebiscito de suas deliberações.

Como ficou claro durante e após a greve do ano passado, o 4º Congresso da USP será um momento importante de discussão e deliberação de docentes, estudantes e funcionários sobre temas vitais para a sobrevivência de nossa universidade.

Iremos deliberar, por exemplo, sobre nossas propostas visando à democratização da estrutura de poder e do acesso à universidade; seu financiamento; a transparência orçamentária e o papel das fundações; a reposição e ampliação do quadro docente; a avaliação do trabalho docente e funcional e a formação e qualificação funcional, dentre outros.

Uma razão adicional para enfatizar a importância desse Congresso é nossa intenção de definirmos nossas



prioridades de gestão da universidade, lembrando que no segundo semestre de 2001 ocorrerá a indicação do próximo reitor.

Para que o Congresso atinja as metas desejadas, será fundamental a discussão de

seu temário nas unidades, nos próximos meses. O Conselho de Representantes da Adusp, em sua próxima reunião, no dia 8 de fevereiro, continuará seu trabalho no sentido de organizar essas atividades.

CARTA

Professor reconhece equívoco

“Em função da minha declaração feita no debate sobre as “Fundações” e publicada no **Informativo Adusp** (86 e 87) sobre as tentativas de contratação de alunos para substituir funcionários na FEA-RP durante a greve do ano passado, venho novamente a público para fazer os devidos esclarecimentos:

a) em reunião com o coordenador da FEA-RP, diretores da Fundace e representantes dos alunos e dos funcionários da FEA-RP no dia 15/12/2000, ficou esclarecido, por parte dos mesmos, que durante a greve não houve a intenção ou a contratação de alunos para substituírem os funcionários daquela unidade que aderiram à paralisação;

b) os representantes da FEA-RP esclareceram também que aquela unidade tem vários alunos estagiários e bolsistas, inclusive da Fundace, os quais desenvolveram

as suas atividades normalmente durante a greve, uma vez que os alunos e os docentes daquela unidade não aderiram ao movimento;

c) em reunião com representantes das entidades representativas dos docentes, alunos e funcionários do Campus da USP de Ribeirão Preto em 21/12/2000 foi confirmado que o assunto em questão havia sido debatido nas assembleias das diferentes categorias durante a greve;

d) os representantes das entidades também confirmaram a realização de uma reunião na FEA-RP durante a greve, com a presença do comando de greve, na qual o assunto foi discutido com os diferentes segmentos daquela unidade;

e) representantes dos funcionários da FEA-RP presentes nas reuniões realizadas em 15 e 21/12/2000 esclareceram que o motivo que os levou a solicitar a presença

do comando de greve naquela unidade foi a pressão que os mesmos estavam sofrendo, especialmente no que diz respeito à possibilidade do corte do ponto. Afirmaram também que ainda que a substituição de funcionários por alunos tenha sido discutida numa reunião na FEA-RP, inclusive com a participação de alguns funcionários, a mesma não foi convocada pelos servidores daquela unidade. Além disso, confirmaram que alunos não foram contratados e que os bolsistas e estagiários da Fundace em nenhum momento da greve substituíram os funcionários na execução das suas atribuições.

Como consequência destes esclarecimentos, reconheço que fiz uma interpretação equivocada dos fatos ocorridos na FEA-RP durante a greve do ano passado, pela qual peço desculpas a todas as partes envolvidas.”

Prof. Benedito H. Machado

Os sem-terra exigem novo julgamento

Estão em liberdade provisória desde 21/12/00 os seis integrantes do MST presos injustamente desde o dia 10/11/99. O desembargador Gentil Leite, segundo vice-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, concedeu *habeas-corpus* aos sem-terra em 19/12/00.

Agora, eles aguardam a apreciação de um recurso que pede novo julgamento. O pedido aponta as diversas irregularidades que marcaram a condenação dos envolvidos, além da argumentação ideológica na qual a juíza de Boituva, que julgou o caso, baseia seu veredito.

A libertação dos presos políticos do MST contou com importante apoio do Comitê em Defesa da Democracia, criado para lutar contra as prisões políticas no Brasil, e do qual a Adusp participa, ao lado de entidades como a OAB, a UNE e a CNBB.

EDITORIAL

CO discute orçamento e representação discente

Aproveitamos o primeiro informativo do ano para desejar a todos os colegas um bom 2001. Esperamos que todos tenham tido um merecido descanso nesse período de recesso.

Durante o ano teremos várias discussões importantes e a participação de todos é fundamental. A Adusp, em conjunto com DCE, Sintusp e APG está organizando o 4º Congresso da USP, que deverá ocorrer em abril. Os detalhes do temário e da forma de escolha de delegados estão sendo finalizados e serão divulgados em breve. No segundo semestre haverá a eleição de reitor. Queremos democracia na escolha de diri-

gentes e na gestão da universidade. O 4º Congresso será uma ótima oportunidade para discutirmos as diferentes visões de universidade e definirmos propostas.

Este também será o ano de renovação da diretoria da Adusp, prevista para maio. Neste mesmo mês, teremos nossa data-base e precisamos definir quais serão as reivindicações da Campanha Salarial 2001.

Para iniciar as discussões, haverá uma reunião do Conselho de Representantes no dia 8 de fevereiro, 5ª feira, às 12h, na sede da Adusp.

De 15 a 20 de fevereiro será realizado o Congresso da Andes, no Rio de Janeiro.

Uma Assembléia Geral está sendo convocada para a escolha de delegados no dia 13 de fevereiro. A Adusp pode indicar até 12 delegados e os colegas que desejarem podem retirar o caderno de textos na sede da Adusp. Estão convidados também a participar da reunião do CR, mencionada acima, na qual faremos uma discussão sobre os principais pontos do temário do Congresso.

O Congresso da Andes deverá discutir as políticas governamentais e seus reflexos para a universidade. Em especial, a questão do emprego público, que terá forte impacto no futuro das universidades. Conforme proposta

do governo, aprovada no Congresso Nacional, as contratações de professores universitários serão todas pela CLT e não mais pelo provimento de cargos efetivos.

Por fim, a Adusp continuará acompanhando as questões orçamentárias e aprofundando o debate sobre avaliação docente e CERT. Como sempre, estaremos atentos na defesa dos interesses gerais e específicos dos docentes da USP. É claro, como ficou demonstrado na última campanha salarial, que a entidade só terá sucesso se contar com o apoio e a participação de amplo número de colegas.

Bom semestre a todos.

Fórum Social Mundial reúne milhares e Porto Alegre sedia novo encontro em 2002

A plenária final do Fórum Social Mundial, no dia 29 de janeiro, confirmou a cidade de Porto Alegre como sede do próximo encontro anual. O Fórum terminou em clima de euforia, com a aclamação do ativista francês José Bové (que a Polícia Federal não conseguiu expulsar do país), a conquista de espaços na mídia e a consolidação de um contraponto ao Fórum de Davos, que reúne a elite mundial.

Participaram do Fórum Social Mundial 4.702 delegados, representando 117 países, além de 2.000 integrantes do acampamento da juventude e 700 representantes de nações indígenas. Compareceram 104 painelistas de 36 países. O evento foi coberto por 1.870 jornalistas, credenciados por 764 veículos de comunicação.

A seguir, algumas opiniões sobre o Fórum:

“Manifesto todo o meu apoio ao Fórum Social Mundial. Reclamar é ótimo. Não



fossem as reclamações concertadas (e com uma ajudinha da ‘ameaça comunista’), não haveria social-democracia na Europa. E a social-democracia, no modelo europeu e não tucano, bem-entendido, representa um dos poucos momentos em que a humanidade conseguiu conservar liberdades sem empurrar contingentes importantes da população para a miséria”. (**Hélio Schwartzman**, Folha de S. Paulo, 1/2)

“A tal ponto os símbolos convencionais se substituem à percepção dos fatos que

um acontecimento como o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, é passivamente aceito pelo seu valor nominal de manifestação antiglobalista, malgrado o apoio que recebe da ONU, o coração da Nova Ordem Mundial, bem como da rede mundial de ONGs que estão para a ONU como as veias e artérias estão para o coração”. (**Olavo de Carvalho**, O Globo, 27/1)

“O Fórum Social Mundial afirmou-se como uma realidade política que não depende da intenção de quem quer

que seja. Ele se afirmou como um momento de reorganização da esquerda, mesmo que dentro dele haja setores da esquerda que prefeririam ficar só nos ambientes aclimatados por aparelhos de ar condicionado”. (**José Arbex**, site do Fórum Social Mundial, 26/1)

“Embora, em sua versão 2001, tenham sido anotadas ressalvas em relação aos benefícios sociais produzidos, a elite política e econômica mundial atraída a Davos acredita que as oportunidades abertas pela globalização superam os riscos. A confederação de ONGs com múltiplos interesses específicos e feição ambientalista-esquerdista presente em Porto Alegre, ao contrário, preocupa-se, antes de tudo, com os perigos do aprofundamento e da cristalização do fosso de desigualdades no mundo derivado do modo como a globalização está se operando”. (**José Paulo Kupfer**, Gazeta Mercantil, 29/1)

FHC faz do PNE uma carta de intenções

Está em vigor o Plano Nacional de Educação — PNE, aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo presidente da República no dia 9 de janeiro — com uma série de vetos, os quais afetam a educação em geral e, particularmente, o ensino superior. Pedimos ao deputado Ivan Valente (PT-SP) um depoimento a respeito, que publicamos a seguir. Valente acaba de reassumir uma cadeira na Câmara Federal e foi, no seu mandato anterior, um dos encabeçadores da subscrição e apresentação ao Congresso do PNE da Sociedade (PL 4.155/98).

“FHC acaba de sancionar a lei 10.172/01, que aprova o Plano Nacional de Educação — PNE. Ao fazê-lo, vetou tudo que o Congresso introduziu para que o plano não se reduzisse a uma inócua lista de objetivos e metas.

O PNE, válido para dez anos, é uma exigência da Constituição Federal de 1988. Nele deveriam estar registradas diretrizes claras para que o Poder Público e a sociedade atuassem para tornar a educação pública de qualidade, em todos os níveis, realmente um direito de todos e para que o analfabetismo, ao fim desse período, fosse uma página virada na história de nosso país.

Projetos conflitantes

O texto que deu origem à lei — o substitutivo Marchesan — resultou da tramitação de dois projetos de conteúdo conflitantes. Por um lado o PL 4.155/98, o PNE da sociedade civil, elaborado no I e II Coneds (Congresso Nacional de Educação). Por outro, o do governo FHC, que foi elaborado sem consulta à sociedade.

Enquanto o PNE da sociedade civil reivindicava o fortalecimento, ampliação e democratização da escola pública estatal, como eixo central do esforço de universalização da educação básica e de expressiva ampliação do ensino

superior (estabelecendo metas e objetivos audaciosos e cobrando a ampliação do gasto público em educação dos menos 4%, de hoje, para 10% do PIB, ao fim de uma década), o governo FHC persistiu na política de mitigar o direito à educação, em nome da suposta prioridade ao ensino fundamental. Em termos de gasto público, o executivo insistia na manutenção do “status quo”.

Retrocesso

O substitutivo Marchesan combina um diagnóstico da situação educacional do país que busca alguma proximidade em relação ao elaborado pela sociedade com os objetivos e as metas estipuladas pelo governo. Por isso mesmo configura um sério retrocesso face ao que a sociedade reivindica.

Mas, apesar disso, o Congresso aprovou algumas medidas muito tímidas para que o plano não se reduzisse a uma inútil lista de intenções. Por exemplo: estabeleceu em 7% do PIB a meta de gasto público em educação, ao final da década.

FHC, todavia, vetou tudo que aproximava o PNE de um Plano. Fez isso ironicamente em nome da chamada “Lei de Responsabilidade Fiscal”, que tem sido festejada nas hostes oficiais como instrumento que induziria os entes federa-

dos a planejar suas ações.

Assim, foram vetados, entre outros, os seguintes dispositivos:

1) o que fixava a meta de 7% do PIB em termos de gasto público com educação;

2) o que subvinculava 75% das verbas do MEC para o Fundes (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior), destinado à manutenção e expansão da rede de instituições federais;

3) o que indica que sejam triplicadas, até o final do período, as verbas que estados e União destinam à pesquisa científica e tecnológica;

4) o que previa aumento do gasto em crédito educativo;

5) o que indica a aprovação de plano de carreira e piso salarial e outros mecanismos de valorização do magistério;

6) o que manda implantar, no prazo de um ano, planos gerais de carreira para os profissionais técnicos e administrativos das universidades federais;

7) o que determina que o Tesouro Nacional garanta recursos para o pagamento dos aposentados e pensionistas do ensino público na esfera federal, excluindo estes gastos das despesas consideradas como manutenção e desenvolvimento do ensino;

8) o que orienta a ampliação do Programa de Renda Mínima de modo a atender

Daniel Garcia



Ivan Valente: “retrocesso”

na educação infantil, nos três primeiros anos, 50% das crianças de 0 a 6 anos que se enquadrem nos critérios de seleção da clientela etc.

Mobilização

O PNE deve ser um plano de Estado, cuja implementação não pode ficar submetida às “razões de governo”. É muito importante comprometer o poder público com mecanismos de ação e metas mínimas em termos de gastos. Para garantir isso é indispensável mobilizar a sociedade e as forças progressistas no Congresso Nacional para derrubar os vetos de FHC ao Plano. Nesse sentido, é necessário que as entidades populares desencadeiem um movimento de pressão sobre o Parlamento suficientemente potente para forçar a colocação dos vetos em votação e para que sejam derrubados pelos congressistas.”

Sintusp denuncia demissão política na Rádio USP

OSintusp pretende reverter a demissão do funcionário Marcos Rosendo, da Rádio USP, ocorrida no dia 10/1. De acordo com o Sintusp, os motivos da demissão são claramente políticos, pois o funcionário teve ativa participação no movimento salarial do ano passado: “Desde que retornou ao trabalho, o companheiro vinha sofrendo represálias da diretora da Rádio USP, Ligia Trigo.

Ela voltou atrás em um acordo que havia feito antes da greve, quando prometeu remanejar o horário de Marcos Rosendo”, afirma o boletim do Sintusp. Ele vinha sofrendo corte de ponto em 1/3, diariamente.

Mais dois funcionários da Rádio USP estariam ameaçados de demissão. “Nós já prevíamos as retaliações, principalmente na CCS, e alertávamos aos companheiros que isso acontece-

ria”. “Em 1º de janeiro terminou o período que impedia as demissões após as eleições municipais. Agora começam as demissões que coincidem com a abertura de inquéritos e processos contra diretores e militantes do sindicato”.

A Adusp repudia toda e qualquer retaliação das chefias por engajamento na greve, sejam elas determinadas, incentivadas ou toleradas pela Reitoria.